



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
Diário da Sessão

XI Legislatura

Número: 124

IV Sessão Legislativa

Horta, sexta-feira, 14 de fevereiro de 2020

Presidente: *Deputada Ana Luís*

Secretários: *Deputado Manuel Pereira e Deputado Jorge Jorge*

Sumário

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 05 minutos.

Após a chamada dos/as Srs./as Deputados/as, iniciou-se a agenda da reunião com o **Pedido de urgência do Projeto de Resolução n.º 183/XI – “Pronúncia por iniciativa própria da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores sobre a majoração da proteção social na maternidade, paternidade e adoção para os residentes na Região Autónoma dos Açores”**, requerido pelo PSD, cabendo a sua justificação à Sra. Deputada Mónia Seidi.

Após aprovação por unanimidade, o diploma baixou à Comissão especializada.

De seguida, o Sr. Deputado João Paulo Ávila justificou o **Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Decreto**

Legislativo Regional n.º 51/XI – “Primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 3/2014/A, de 14 de fevereiro, que cria o Programa Regional de Apoio às Sociedades Recreativas e Filarmónicas da Região Autónoma dos Açores (SOREFIL)”, apresentado pelo PS e pelo CDS, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

Sendo assim, passou-se de imediato para a discussão e votação do referido **[Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 51/XI](#)**.

Feita a apresentação do diploma pela Sra. Deputada Mónica Rocha, intervieram no debate os/as Srs./as Deputados/as Catarina Cabeceiras (*CDS-PP*), César Toste (*PSD*), Paulo Mendes (*BE*), Graça Silveira (*Independente*), João Paulo Ávila (*PS*), Francisco César (*PS*), João Corvelo (*PCP*), bem como o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura (*Avelino Meneses*).

Em votação final global, o diploma foi aprovado por unanimidade.

Proferiram declarações de voto os/as Srs./as Deputados/as João Paulo Ávila (*PS*), Luís Maurício (*PSD*) e Catarina Cabeceiras (*CDS-PP*).

Por fim, foi aprovada por unanimidade a **Proposta de Deliberação da Mesa que declara findo o período legislativo de fevereiro**.

Os trabalhos terminaram às 11 horas e 58 minutos.

Presidente: Sr. Secretário da Mesa, peço-lhe então o favor de fazer a chamada.

Eram 10 horas e 05 minutos.

Secretário: Bom dia.

Procedeu-se à chamada, à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira Luís

António Gonçalves Toste Parreira

Bárbara Pereira Torres de Medeiros Chaves

Carlos Emanuel Rego Silva

Dionísio Medeiros Faria e Maia

Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral

Francisco Miguel Vital Gomes do Vale César

Iasalde Fraga Nunes

João Paulo Lopes Araújo Ávila

João Vasco Pereira da Costa

José António Vieira da Silva Contente

José Carlos Gomes San-Bento de Sousa

José Manuel Gregório Ávila

Manuel Alberto da Silva Pereira

Manuel José da Silva Ramos

Maria Eduarda Silva Moniz Pimenta

Maria da Graça Oliveira Silva

Maria de Fátima Soares Fernandes Rocha Ferreira

Maria Isabel da Silveira Costa Rosa Quinto

Mário José Diniz Tomé

Marta Cristina Moniz do Couto

Marta Ávila Matos

Mónica Gomes Oliveira Rocha

Renata Correia Botelho

Ricardo Bettencourt Ramalho

Sónia Cristina Franco Nicolau

Tiago Dutra da Costa Rodrigues **Branco**

Partido Social Democrata (PSD)

António Augusto Baptista Soares **Marinho**

António Manuel Silva **Almeida**

António Oldemiro das Neves **Pedroso**

António Vasco Vieira Neto de **Viveiros**

Bruno Filipe de Freitas **Belo**

Carlos Manuel da Silveira **Ferreira**

Catarina Goulart **Chamacame Furtado**

Duarte Nuno d'Ávila Martins de **Freitas**

Elisa Lima de **Sousa**

Jaime Luís Melo **Vieira**

Jorge Alexandre Alves Moniz **Jorge**

Luís Carlos Correia **Garcia**

Luís Miguel Forjaz **Rendeiro**

Marco José Freitas da **Costa**

Maria João Soares **Carreiro**

Mónica Reis Simões **Seidi**

Partido Popular (CDS-PP)

Alonso Teixeira **Miguel**

Catarina de Oliveira **Cabeceiras**

Bloco de Esquerda (BE)

António Manuel Raposo **Lima**

Paulo José Maio de Sousa **Mendes**

*Coligação Democrática Unitária (PCP-PEV)***João Paulo Valadão Corvelo***Partido Popular Monárquico (PPM)***Paulo Jorge Abraços Estêvão***Independente***Maria da Graça Amaral da Silveira****Presidente:** Obrigada, Sr. Secretário.

Estão presentes 50 Sras. e Srs. Deputados. Temos quórum. Declaro aberta a sessão. Pode entrar o público.

Entramos no nosso ponto 16: **Pedido de urgência do Projeto de Resolução n.º 183/XI – “Pronúncia por iniciativa própria da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores sobre a majoração da proteção social na maternidade, paternidade e adoção para os residentes na Região Autónoma dos Açores”**. Este pedido de urgência é requerido pelo PSD. Regem esta matéria os artigos 146.º e 147.º do nosso Regimento. E para a justificar, tem a palavra a Sra. Deputada Mónia Seidi.

(*) **Deputada Mónica Seidi (PSD):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD/Açores traz esta urgência, que diz respeito a mais um incumprimento do Governo da República perante os açorianos e as açorianas, mais concretamente uma majoração relativamente à proteção social na maternidade, paternidade e adoção. Esta majoração está prevista na lei desde março de 2016, ou seja, há praticamente 4 anos. Até agora, o Governo da República tem sido incapaz de cumprir aquilo que está previsto. E a Lei, no seu artigo 2.º, refere então uma majoração de 2% para estas

situações, em casos concretos das Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores. E diz também que deverá ser o orçamento da Segurança Social, onde deverá constar uma rubrica própria e destinada a estes valores.

Lamentavelmente, volvidos praticamente 4 anos após a publicação desta Lei, mantém-se tudo igual, prejudicando assim os beneficiários da mesma. E acreditamos que a grande maioria deles, infelizmente, nem sabe que tem direito a esta majoração de 2%.

Justifica-se a urgência para que, rapidamente, o Governo da República cumpra assim o que está estipulado na lei, dando, obviamente, o exemplo perante os cidadãos, o que achamos que é inadmissível que não seja assim. E para que os beneficiários desta Lei também recebam com direito a retroativos aquilo que está estipulado. E, portanto, também gostaríamos que nem fosse preciso entregar um requerimento para que esse valor dos 2% seja assim entregue.

Parece-nos, de todo, exagerado aquilo que tem sido a justificação que temos ouvido até ao momento, ou seja, os constrangimentos informáticos. Ninguém pode acreditar que sejam necessários 4 anos para que sejam ultrapassados constrangimentos informáticos no sistema da Segurança Social para que os utentes e beneficiários destes subsídios recebem aquilo que têm direito. E parece-nos, de facto, que esta justificação é a menos plausível. E, portanto, não podemos compactuar com esta situação.

Importa também aqui ouvir o Governo Regional, no sentido de perceber que diligências tem efetuado junto do Governo da República para que esta situação seja ultrapassada.

Portanto, pretendemos que esta situação seja discutida com urgência e por isso apresentamos aqui a urgência, mas não podemos dispensar que seja analisado em Comissão para ouvirmos a tutela e, assim, percebermos também aquilo que tem sido feito por parte da Região junto do Governo da

República de forma a ultrapassar definitivamente toda esta situação, que é inadmissível.

E, portanto, está justificada esta urgência. Esperemos então que no próximo Plenário possamos votar aqui esta pronúncia e, sobretudo, que rapidamente seja devolvido aos açorianos e às açorianas esta majoração à qual têm direito e que, lamentavelmente, volvidos 4 anos após a sua publicação, o Governo da República continue em incumprimento.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Está justificada a urgência. Pergunto se há alguma inscrição. Pergunto se há inscrições. Julgo não haver. Vamos então passar à votação do pedido de urgência.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O projeto anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Foi aprovada a urgência. Baixará depois à Comissão especializada na matéria.

Por isso, continuamos com os nossos trabalhos e passamos agora ao ponto 17 da nossa agenda: **Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 51/XI – “Primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 3/2014/A, de 14 de fevereiro, que cria o Programa Regional de Apoio às Sociedades Recreativas e Filarmónicas da Região Autónoma dos Açores (SOREFIL)”**, DLR este apresentado pelo PS e pelo CDS.

Para justificar a urgência... Não sei se haverá justificação da urgência. Sr. Deputado João Paulo Ávila, tem a palavra.

(*) **Deputado João Paulo Ávila (PS):** Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A urgência e dispensa de exame em Comissão desta proposta tem a ver com o processo de auscultação que foi levado a cabo nos últimos meses junto das nossas filarmónicas e tem o objetivo muito claro de que estas alterações tenham um impacto já no próximo processo de candidaturas que se realizará em breve.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Está justificada a urgência. Pergunto se há alguma inscrição. Julgo não haver. Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O pedido de urgência foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Tendo sido aprovada, então dou agora a palavra à Sra. Deputada Mónica Rocha para apresentar a iniciativa.

(* **Deputada Mónica Rocha (PS):** Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Começo esta intervenção pela voz do investigador Jorge Borges Cunha, que afirmou: “O gosto pela música que está na alma da gente da nossa terra fez surgir agrupamentos a que se deu o nome de filarmónicas. Na sua origem, esta palavra significa gostar de música.”

Outros autores locais defendem que “o gosto da música se encontra presente na alma da gente da ilha. Na alma deste povo pacato e bom está o gosto pela música e pelas diversões.”

Isso levou-o a fundar diversos agrupamentos musicais que, ao longo dos anos, tiveram uma função de alegrar, recriar e cultivar. Aí estão as filarmónicas, os grupos de folclore e bailado a demonstrar isso mesmo, embora passando por dificuldades.

As filarmónicas, enquanto movimento associativo com função cultural e social de importância unânime, são uma das mais antigas tradições açorianas,

que remontam ao século XIX. As filarmónicas estão e estarão indissociavelmente ligadas à história cultural, social e religiosa do povo açoriano.

Atualmente, os Açores são a região do País com mais bandas per capita. Espalhadas pelas nove ilhas, existem cerca de 102 filarmónicas, muitas delas centenárias, que procuram com espírito de missão e entrega manter vivos valores como: voluntariado, compromisso, responsabilidade social e cultural – valores fundamentais nos dias de hoje.

Essencial nos dias de hoje é também o envolvimento dos nossos jovens numa atividade saudável, como é: produzir, criar e tocar música.

A inclusão e a troca geracional de experiências e objetivos comuns em ambientes que promovam o sentimento de pertença, de grupo, de identidade e representação cultural e regional é essencial na construção de uma sociedade e realidade assente numa dinâmica positiva e promissora. Este sentido de pertença e identidade, expresso pelo discurso dos músicos da população local, atinge dimensões significativas nas festas locais, elas próprias expressão dessa identidade local.

As festas locais são um momento por excelência de exibição e performance das filarmónicas. Os concertos não só permitem a exibição de um repertório musical, que é resultado de um trabalho de muitos meses, como permitem a exibição dos elementos simbólicos que distinguem cada filarmónica e que refletem o seu rigor e o seu brio.

Importa referir a melhoria substancial que se verificou ao longo da última década, tanto em termos de imagem, como da qualidade das bandas filarmónicas açorianas, sendo assinaláveis as mudanças a nível de fardamento, do instrumental e do repertório, fruto da diligência dos seus dirigentes e dos seus membros, mas também fruto dos apoios ao serviço das instituições, como o SOREFIL, e do investimento público em mais e

melhores políticas em prol da cultura por parte do Governo Regional do Partido Socialista.

Deputado João Paulo Ávila (PS): Muito bem!

A Oradora: Sras. e Srs. Deputados, Sra. Presidente da Assembleia, Srs. Membros do Governo:

São testemunhos, contributos e factos com estes que ouvimos e recebemos um pouco por todas as ilhas, e que desde já agradecemos, que motivaram o Grupo Parlamentar do Partido Socialista a propor, em conjunto com o CDS, algumas alterações ao Decreto Legislativo Regional n.º 3/2014, de 14 de fevereiro, que cria o Programa Regional de Apoio às Sociedades Recreativas e Filarmónicas da Região Autónoma dos Açores (SOREFIL).

Estas alterações visam reforçar aquele que é o objetivo da criação e manutenção deste tão importante programa que promove e apoia as filarmónicas na sua efetiva educação de cariz artístico.

Estas alterações reforçam a importância e o papel das filarmónicas ao estabelecer:

O limite anual de instrumentos a apoiar para conservação e manutenção;

Ao alterar a percentagem a atribuir, passando os apoios a conceder a 50% dos encargos previstos;

Ao facilitar o acesso das entidades candidatas.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Convido, assim, a que, numa discussão construtiva e responsável, se juntem a nós e possamos responder às expectativas daqueles que nos elegeram como seus representantes.

Deputado João Paulo Ávila (PS): Muito bem!

A Oradora: Que possamos, através da nossa capacidade de legislar, contribuir para a valorização dos mais ricos patrimónios do nosso povo e da

nossa gente. Este é, sem dúvida, um património que urge apoiar, acarinhar e preservar.

Termino esta intervenção com o testemunho de um músico que julgo descrever de uma forma muito simples e clara a importância e o papel das filarmónicas na nossa Região: “As filarmónicas são a escola da vida. Esta é uma verdade indesmentível. É nas escolas de música das filarmónicas que se criam amizades para a vida, (...)” ...

Deputado João Paulo Ávila (PS): Muito bem!

A Oradora: ... “(...) que se aprende a viver em grupo, que se aprende a trabalhar com um objetivo, mas, acima de tudo, é nas escolas de música das filarmónicas que se cresce.”

Disse.

Voices dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo:
Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras.

(* Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Obrigada.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Estamos aqui perante a primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional nº 3/2014/A, de 14 de fevereiro, que cria o Programa Regional de Apoio às Sociedades Filarmónicas e Recreativas da Região Autónoma dos Açores (SOREFIL), uma das muito boas iniciativas do CDS aprovadas nesta Casa e que muito tem ajudado os açorianos. Esta, na altura, visou apoiar as sociedades filarmónicas, que muitas vezes estão em situações difíceis, com poucos recursos financeiros, no sentido de ajudar a fazer face às despesas

correntes, como: a eletricidade, os honorários dos músicos, o fardamento, os instrumentos.

Naquele que foi e é hoje o reconhecimento do papel fundamental que as filarmónicas têm na cultura da nossa sociedade, característica da nossa identidade cultural, de salientar que na Região existem cerca de 102 filarmónicas e que englobam, na sua maioria, duas valências: a iniciação musical e a formação a nível superior destinada aos executantes já incorporados nas filarmónicas. E, como tal, a sua função não se esgota apenas no papel cultural, mas também social, educacional e lúdico, uma vez que permite que muitas crianças e jovens estejam integrados em atividades positivas, sendo as filarmónicas autênticas escolas públicas, onde, além de música, permite que estes adquiriram conhecimentos de cidadania. Também, de salientar o intercâmbio intergeracional muito profícuo na transmissão de valores, promovendo uma aprendizagem constante na formação pessoal e social de muitos adultos, jovens e crianças. Porque não nos podemos esquecer que as filarmónicas são muito representativas da nossa cultura popular, uma vez que congregam um envolvimento direto de cerca de quatro mil a cinco mil açorianos e, como tal, têm um papel muito importante na nossa sociedade nas mais diversas áreas.

E é assim, com esta alteração de legislação em vigor, que surge, como é natural, ir de encontro, ir no sentido do que são as necessidades e dificuldades que as sociedades atravessam atualmente, mas também nos constrangimentos que existem no acesso a este programa, pois, no contacto, ao longo destes anos, com diversas filarmónicas, com diversos músicos, maestros, direções de filarmónicas, consideramos que existia a necessidade de se realizarem algumas melhorias neste programa, nunca desvirtuando do mesmo. E, como tal, surge esta iniciativa, numa conciliação entre o PS e o CDS, por forma a melhorar este que tem sido um instrumento fundamental

para as nossas sociedades e filarmónicas, pois reconhecemos e é reconhecido de uma forma generalizada que este programa tem sido uma ajuda para estas manterem a sua atividade ainda hoje em dia.

E assim, porque como qualquer outra legislação, esta não deve ser estática, esta deve ir de encontro àquilo que são as necessidades da filarmónica, surge estas alterações, que nos parece que são significativas e que vão colmatar essas necessidades. Temos, por exemplo:

Os apoios, como já foi dito da tribuna, que passarão de 25% para 50%, o que vai aumentar o montante disponível às filarmónicas;

É retirado o emparcelamento do apoio dos 25% também no que se refere às despesas de eletricidade e os honorários com o maestro, e também o facto de este não ter que estar no regime de exclusividade com a filarmónica, o que muitas vezes nos era transmitido como algo limitador do programa;

Deputada Mónica Rocha (PS): Muito bem!

A Oradora: Também a possibilidade do adiantamento dos 80% do montante total atribuído, porque assim também nos parece que vai ser uma grande ajuda para que estas possam fazer um investimento, porque a verdade é que muitas vezes não tinham a verba disponível. E assim existe este adiantamento dos 80%;

Ou até em situação de incumprimento, em que as filarmónicas ficavam impedidas de se candidatar a apoios à Direção Regional da Cultura durante 2 anos. E, como se sabe, em muitas das filarmónicas, os mandatos são curtos e muitas vezes isto também era uma situação castradora das direções que vinham de seguida.

E, como tal, estas e as outras alterações que são propostas, parece-nos que temos aqui uma proposta coerente, consequente, que não desvirtua a essência do que foi esta proposta do CDS em 2014 e que serão bastante positivas na

melhoria deste programa de apoio, do SOREFIL, num contributo claro às sociedades recreativas e filarmónicas da nossa Região.

Muito obrigada.

Deputada Mónica Rocha (PS): Muito bem!

Deputado Alonso Miguel (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado César Toste.

(*) **Deputado César Toste (PSD):** Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Haja saúde a todos.

Eu, primeiramente, falo por mim próprio, porque, quase como todos vós, nós nascemos numa terra de filarmónicas. Em todas as ilhas e em todas as nossas freguesias e vilas, pelo menos quase todas, existe uma filarmónica, que é um dos pilares destas comunidades. Eu não sou músico, mas cresci numa vila, numa freguesia que é hoje vila, que tem duas filarmónicas e que aprendi a dar valor por frequentar nelas, por participar nelas, pelos meus pais por frequentarem nelas e por, neste momento, também fazer parte dos corpos sociais delas. E vejo, neste momento, tal e qual como vocês todos veem, as dificuldades que as sociedades filarmónicas assistem. No passado, não havia tanta concorrência, as pessoas aderiam às sociedades porque era uma forma de se divertirem e juntarem a comunidade. Hoje em dia, com a concorrência que existe e os divertimentos que existem, as sociedades estão a ficar simplesmente circunscritas àquilo que são as suas filarmónicas.

E uma das coisas que eu, mal ou bem, tenho dito nesta Casa é que não basta haver... E é muito mérito o SOREFIL. E dou os parabéns, quando criaram, ao CDS, este programa. Mas o que é mais importante, e também já referi aqui nesta Casa, e vocês sabem todos, é que... desculpem, Sras. e Srs. Deputados, desculpem, sabem que muitas vezes os dirigentes e os diretores

musicais muitas vezes não têm capacidades, mesmo próprios, de fazerem estas candidaturas. Eu apelei e já disse muitas vezes, com dirigentes das filarmónicas que muitas vezes têm que recorrer a pessoas com alguma formação para fazerem este tipo de candidaturas e mesmo serem alertados para as vantagens, porque às vezes as pessoas, não tendo esta formação, copiam de um ano para o outro e fazem simplesmente a candidatura, não tendo muitas vezes este estímulo para reforçar. Há filarmónicas que têm e outras que não têm. Portanto, para além do SOREFIL em si, da prática do programa, era importante que houvesse sessões de esclarecimento, ações de formação mais intensivas, não só de formação musical, mas para os próprios dirigentes. E também avançar mais. Por exemplo, aqueles que estão a dar bons resultados e estão a favorecer, até que ponto não podem ser reforçados a nível das suas competências nas próprias sociedades recreativas?

Quando o CDS e o PS apresentam este programa, esta alteração aqui... as candidaturas são feitas, e eu pergunto aos proponentes desta alteração: as candidaturas costumam ser feitas de 1 de junho até 30 de setembro, portanto, com esta alteração, o prazo de candidaturas vai ser diferente, porque as candidaturas para o ano de 2020 já estão feitas porque foram feitas o ano passado. Portanto, o facto de fazer-se esta alteração agora, de urgência, não altera porque este ano os apoios já estão supostamente cedidos. Pergunto se é verdade ou não.

Falou, a Sra. Deputada Mónica Rocha, no sentido construtivo. Eu acho que, e não tirando o mérito aos proponentes e sendo isto uma proposta que é tanto importante e que todos nós achamos importante para as nossas filarmónicas, acho que podia ter-se alargado o diálogo, ir pelo menos à Comissão para promovermos mais algum diálogo. Não acharia, da nossa parte, fazermos... Podíamos ter isto à mesma. O PSD, também, auscultando, já tendo feito alguma auscultação junto das sociedades recreativas, propõe uma proposta

de alteração. Se calhar vocês ouviram ou se calhar os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas que estiveram em consulta ouviram, nós ouvimos essa situação da questão da aquisição de carrinhas. Há filarmónicas e há filarmónicas. Há filarmónicas que têm, neste momento, uma escola musical que já vai para além dos 15 músicos. E com o número de atuação que têm muitas vezes, a aquisição de uma carrinha seria excelente para a continuação do seu percurso musical. Mas não retirando o mérito. Aqui, simplesmente, está numa atitude de colaboração. E, mais uma vez, não tirando o mérito às propostas que são aqui apresentadas e que nós achamos que são bem-vindas. Obrigado.

Deputado Carlos Ferreira (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Mendes.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Estamos perante uma proposta de alteração ao atual sistema de apoio às sociedades filarmónicas da Região Autónoma dos Açores, com a designação SOREFIL, trazida através dos Grupos Parlamentares do Partido Socialista e do CDS-PP, e que procura, por conseguinte, digamos, atualizar os apoios consoante aquela que é a realidade atual. Porque creio que, quer o proponente original do SOREFIL, quer todos os Srs. e Sras. Deputadas desta Casa, deverão reconhecer que as contingências atuais e, portanto, as exigências com que se deparam as sociedades filarmónicas são diferentes e são mais exigentes do que aquelas que se apresentavam há uns anos atrás. E, portanto, faz todo o sentido atualizar este sistema de incentivos.

Nunca é demais lembrar e vincar muito bem o papel das sociedades filarmónicas enquanto escolas de música, descentralizadas numa região como a nossa. Isso é muito importante, porque as sociedades filarmónicas

são o garante da formação musical, não só em todas as ilhas dos Açores, como também em todos os concelhos e creio que em quase todas as freguesias, tendo mesmo algumas freguesias mais do que uma sociedade filarmónica. Isso também é sinal do enorme dinamismo cultural e musical das nossas gentes e isso nunca é demais salientar e deve ser, por conseguinte, também, devidamente apoiado.

Sinal disso, aliás, foi, o nosso próprio Grupo Parlamentar, que já em pelo menos duas ocasiões em sede de Orçamento, e porque conhecíamos aquelas que são as exigências que se têm imposto às sociedades filarmónicas, apresentarmos propostas de alteração ao SOREFIL, propostas essas que visavam essencialmente aumentar a percentagem de apoio. Curiosamente, pelas duas ocasiões, creio eu, que apresentamos em sede de Orçamento essa alteração, tendo o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, como o Grupo Parlamentar do CDS, apresentaram o seu voto contra e essas propostas de alteração foram, por conseguinte, reprovadas.

Deputada Mónica Rocha (PS): Houve mais alguém!

O Orador: Mas nós não temos qualquer problema com isso e reconhecemos, sobretudo, a proposta que estamos neste momento a debater, que é uma proposta que é, de facto, mais generosa do que a nossa proposta de alteração. Claro que veio mais tarde do que as nossas propostas, isso é indesmentível. E até é uma proposta mais abrangente naqueles que são os seus objetivos.

Deputada Mónica Rocha (PS): Não é só abrangente, mais consequente em muitos aspetos!

O Orador: Bem, aumentar a percentagem de apoio não é propriamente uma proposta inconsequente, mas, pronto...

Deputada Graça Silveira (Independente): Um valor inferior!

Deputada Mónica Rocha (PS): Desculpe lá, é inferior!

O Orador: E eu assumo isso, só que veio mais tarde a vossa proposta e isso é indesmentível.

E, portanto, passar a percentagem de comparticipação de 25% para 50% é, de facto, uma proposta generosa para aquisição, manutenção e reparação de instrumentos.

Mas, atenção, esta proposta não foi para Comissão e por isso, necessariamente, terá de passar aqui por um crivo se calhar mais exigente no que toca a questões que devem ser colocadas e o esclarecimento dessas mesmas questões por parte, não só dos proponentes, mas também, já agora, do Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura, que tem a respetiva tutela. E algumas dessas dúvidas que nós tínhamos foram devidamente esclarecidas na apresentação feita pelos proponentes. Outras não foram ainda esclarecidas, mas também não esperava que os proponentes tivessem a capacidade da telepatia e que me conseguissem descortinar e antecipar todas as minhas dúvidas. Mas, por isso mesmo, vou colocar algumas dessas dúvidas.

E a primeira tem a ver: porquê terem limitado o apoio à reparação de instrumentos a três instrumentos por ano? Pode ter até uma justificação bastante válida e espero que me deem.

Há uma outra questão, que também foi abordada penso que pela Sra. Deputada Catarina Cabeceiras, que já avançou meia explicação, aliás, eu suspeito que a resposta até seja bastante clara e tenha a ver com a falta de maestros, que é: o porquê de retirarem a obrigatoriedade da exclusividade dos maestros na percepção de honorários. Eu penso que deve ter a ver com a falta de maestros, de facto.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): E confirmação.

O Orador: E a confirmação.

Deputada Mónica Rocha (PS): Já estão todos a partilhar!

Deputada Graça Silveira (*Independente*): É como os padres!

Deputada Mónica Rocha (*PS*): Exatamente!

O Orador: Outra questão, que foi de certa forma respondida e que tem a ver com o n.º 3 do artigo 13.º: o porquê de retirar o impedimento à apresentação de nova candidatura no caso de incumprimento das obrigações previstas. É certo que foi respondida em parte. Porque uma direção de uma sociedade filarmónica não pode ser responsabilizada pelo incumprimento de uma direção anterior. Então, e porque não terem colocado, não propriamente o retirar o impedimento da apresentação de nova candidatura, mas, sim, simplesmente manter esse impedimento caso a direção da sociedade filarmónica se mantenha e seja a mesma a apresentar nova candidatura? Era uma maneira. Porque assim poderão, direções de sociedades filarmónicas, não ter cumprido aquelas que são as suas obrigações e com esta alteração passam a poder apresentar nova candidatura mesmo não tendo cumprido as suas obrigações.

Deputado Carlos Silva (*PS*): Isso não é exequível!

O Orador: Mas esse não será de certeza motivo para reprovarmos a vossa proposta.

Deputada Mónica Rocha (*PS*): Isso é cumulativo com outras.

O Orador: Tal como não será motivo para reprovar a vossa proposta, e porque nós não somos propriamente provocadores gratuitos, aquela que me parece ser uma incongruência entre aquela que é a proposta de alteração que aqui apresentam e a respetiva republicação. E refiro-me ao n.º 6 do artigo 11.º, em que apresentam uma percentagem de 80% e na republicação essa percentagem é de 85%. Eu penso que deve ser um lapso.

Deputada Mónica Rocha (*PS*): Isso é um erro de redação.

Deputada Graça Silveira (*Independente*): Mas qual é que é a certa? Isso é que preciso definir!

O Orador: Pois.

Proposta de alteração do Grupo Parlamentar do PSD e que se refere, tal e qual como o Sr. Deputado César Toste aqui nos explicou, unicamente à introdução da componente de uma comparticipação para aquisição de viaturas por parte das sociedades filarmónicas. E, na realidade, vendo bem a proposta de alteração do Grupo Parlamentar do PSD, ela acaba por ser uma espécie de transposição para o SOREFIL daqueles que são os apoios para aquisição de viaturas por exemplo nos clubes desportivos, que foram recentemente até alteradas essas margens em sede de Orçamento Regional para 2020.

A pergunta que eu coloco, tanto ao proponente e ao Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura, e porque nós não tivemos tempo para também fazer uma pesquisa mais exaustiva, é se não haverá outras formas, outros programas de incentivo aos quais as filarmónicas possam recorrer. Isto porquê? Porque com a introdução, bem-intencionada, ninguém duvida disso, desta modalidade de apoio, ou seja, a aquisição de viaturas por parte das sociedades filarmónicas, na realidade, o que poderá acontecer é uma desvirtuação do próprio programa de incentivo.

Deputada Mónica Rocha (PS): Exatamente!

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Exatamente!

O Orador: Porquê? Porque, às páginas tantas, a maior parte do apoio a conceder não será tanto para a aquisição de instrumentos, não será tanto para participar os honorários dos maestros, nem mesmo a reparação dos instrumentos, mas sim para a aquisição de viaturas.

Deputada Mónica Rocha (PS): Exatamente!

O Orador: Poder-me-á o Grupo Parlamentar dos PSD dizer que é uma falsa questão, porque a isso deverá corresponder o devido reforço orçamental em sede de proposta de Orçamento Regional ou de Plano para o próximo ano. É

verdade, poderá ser ultrapassada essa dificuldade. Mas, decerto, poderá tornar-se desnecessária esta alteração se houver outros programas de incentivo aos quais as sociedades filarmónicas possam recorrer.

Obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

De momento, a Mesa não tem inscrições. Sr. Deputado César Toste, tem a palavra.

(*) **Deputado César Toste (PSD):** Quando uma filarmónica, e esta é a ideia que eu tenho...

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Peço desculpa.

A ideia que eu tenho, quando uma filarmónica faz uma candidatura, faz a candidatura, apresenta as faturas proforma. E, neste momento, o que está a ser proposto a nível do artigo 11.º, no ponto 6 e 7, é o que já estava a acontecer, em certa parte. Porquê? Eu vou explicar a perceção que as filarmónicas me transmitiram: as filarmónicas apresentavam as suas faturas proforma, entretanto, sabiam do que é que era a sua linha de apoio e, entretanto, compravam. Já sabiam o que é que era participado, porquê? Porque quando o Sr. Deputado Paulo Mendes está a falar que ia desvirtuar a situação do SOREFIL, não iria, porque, automaticamente, quando o júri discrimina os apoios, discrimina, perante a candidatura da filarmónica, que tem x valor para instrumentos, x valor para conservação, x valor para maestro, x valor para eletricidade, como poderia ter x valor para a questão da carrinha. Portanto, está tudo diferenciado. Portanto, as filarmónicas, automaticamente, já sabem qual é o apoio que é dado. E só depois é que apresentavam as faturas, ou seja, faziam um investimento e depois apresentavam as faturas com um relatório final. Foi assim transmitido.

O que vem aqui, agora, neste momento, é: as filarmónicas vão ter este adiantamento. Ou seja, está a transcrever para o papel exatamente aquilo que elas estão neste momento a fazer.

Deputada Graça Silveira (*Independente*): E bem!

O Orador: E nós achamos correto, só que o valor do apoio não é dado 100% logo. É dado 80%. E quando apresentam as faturas, é dado os restantes.

Isso é o seguinte: são filarmónicas que eu conheço e elas dizem-me que é assim! Isso é o seguinte: elas, quando fazem a candidatura, elas sabem que são apoiadas... As filarmónicas sabem, automaticamente, o valor, portanto, perante a sua candidatura, que são apoiadas relativamente aos instrumentos. Se pedirem uma tuba ou um trombone ou um clarinete, sabem que tem um valor x para o clarinete. E perante isso é que fazem a sua aplicação. Podem fazer posteriormente, depois. Não precisam fazer o adiantamento antes.

E, por isso mesmo, tinha sido vantajoso nós fazermos Comissão com este facto para também discutirmos também mais a fundo esta situação e ouvirmos as filarmónicas. Pronto...

Obrigado.

Deputada Mónica Rocha (*PS*): O DLR diz isso mesmo: é 60%!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Graça Silveira, tem a palavra.

(* **Deputada Graça Silveira** (*Independente*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário da Cultura:

Bom, eu vou-me focar naquilo que é essencial. Eu penso que todos nós reconhecemos o papel importantíssimo que as filarmónicas têm tido ao longo dos anos enquanto escola. Hoje em dia, já temos escolas secundárias que têm conservatório e, portanto, as crianças até já têm outras possibilidades de aprendizagem da música, o que também fragiliza o papel das filarmónicas.

Mas todos nós sabemos que este apoio é mais que merecido. Todos nós, enquanto trabalho parlamentar e Deputados que ouvem as populações, sabemos que o SOREFIL, desde o início, teve problemas na sua exequibilidade. E, portanto, qualquer alteração que venha para melhorar o apoio e para que as filarmónicas possam efetivamente e de uma forma mais rápida e mais eficiente utilizar o apoio é bem-vindo.

De facto, há a questão dos 80% e dos 85% que deveria ser visto.

Em relação à limitação do apoio dos três instrumentos, quer dizer, não percebi bem porquê. Porque eu imagino que ninguém vai mandar o seu instrumento a arranjar se ele não tiver necessidade. E pode acontecer um azar de num ano quatro ou cinco instrumentos ficarem com necessidade de apoio e não poder ter. Portanto, não percebo bem.

Em relação à questão de ter ido à Comissão, não ter ido à Comissão, terem todos sido ouvidos ou não, eu percebo a posição do Sr. Deputado César Toste, de pessoa muito envolvida que é com a questão das filarmónicas, também ter que vir dar o seu contributo. Mas também temos que reconhecer aqui a coragem dos Deputados do PS, ou da Deputada, no caso em particular da Deputada Mónica, que sei que tem ouvido imensas pessoas na Terceira.

E, efetivamente, na Terceira, as filarmónicas têm um papel importantíssimo. Todo o ano são solicitadas. É um trabalho *pro bono*. Eles é que acompanham os bailinhos e têm que ir aos ensaios. Eles é que acompanham as marchas de carnaval e têm que ir ao ensaio. Eles é que acompanham as marchas de São João. Portanto, são solicitados a um apoio a todas as iniciativas, *pro bono*.

Eu estou a dizer o que eu assisti, estou falando em nome próprio, que é uma das vantagens de ser Deputada independente e com independência. E teve a coragem de, no seu Grupo Parlamentar, e já depois de ter havido uma falta de disponibilidade do PS de apoiar, ter feito o seu trabalho enquanto Deputada, e bem, de sensibilizar o resto da sua bancada para votar com ela.

Obviamente que fala com o CDS porque é o proponente da iniciativa. É muito mais fácil fazer as coisas desta forma, apresentar... E, provavelmente, o que aconteceu na altura que o Bloco de Esquerda apresentou a sua iniciativa... E eu estou falando com a maior sinceridade, todos nós sabemos que é isto que se passa. O facto de não ter havido essa conversa com os proponentes, às vezes, torna tudo mais difícil. E quando queremos que as coisas aconteçam para bem dos açorianos, não vale a pena estarmos com politiquices e com conversa. Todos nós que estamos aqui sabemos como é que as coisas se passam. Daí, a iniciativa ser, logicamente, conjunta entre o PS e o CDS. E queiramos nós que seja aprovado para bem de todos os jovens que estão nas filarmónicas.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado João Paulo Ávila, tem a palavra.

(*) **Deputado João Paulo Ávila (PS):** Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O trabalho que nos levou à apresentação conjunta desta proposta não é nem de ontem, nem de anteontem, nem da semana passada, nem do mês passado.

Deputada Mónica Rocha (PS): Muito bem!

O Orador: É um trabalho de meses, de auscultação, pelas minhas contas, de mais de 70 dirigentes de filarmónicas por todas as nossas ilhas, com diálogo juntamente dos seus dirigentes, das suas filarmónicas, de muitos maestros e de alguns músicos também.

Deputada Mónica Rocha (PS): Muito bem!

O Orador: Portanto, é um trabalho responsável, que nós achamos que melhorará, a partir do dia da sua publicação, a vida destas instituições, que muito fazem pela nossa cultura e pela nossa Região, não só nos Açores, mas também fora deles.

Desta proposta, permitem-me salientar quatro aspetos:

A majoração da possibilidade do apoio de 25% para 50%;

A facilitação de todo o processo de candidatura;

Maior autonomia das filarmónicas na gestão dos apoios que recebem;

Melhoria no processo de reparação e conservação de instrumentos.

Deputada Mónica Rocha (PS): Muito bem!

O Orador: E aqui permitam-me que passe a responder a algumas questões que foram efetuadas em intervenções de outros Deputados. Porquê os três instrumentos na reparação? Infelizmente, nós, nos Açores, temos alguma dificuldade em arranjar quem faça, em tempo útil, devido à quantidade, as reparações dos instrumentos das filarmónicas. Chegam até a vir reparadores do continente fazer essa reparação aos Açores. Esta era uma responsabilidade da Direção Regional da Cultura e que sentia essa dificuldade em resolver esse problema.

O que é que nós achamos pertinente, conforme conversamos, novamente, com as filarmónicas? Que eles assumam essa responsabilidade e que a Direção Regional da Cultura e que o DLR permita esse apoio direto a essa reparação, sendo que a responsabilidade passaria para as filarmónicas e, naturalmente, impondo um limite de instrumentos por ano porque todos nós sabemos que todos os orçamentos são finitos.

Exclusividade dos maestros. É fundamental, nomeadamente na sua ilha Terceira, onde essa realidade é mais premente. Em São Jorge, como diz a Sra. Deputada. Há uma efetiva partilha de maestros entre filarmónicas e que é saudável e que nenhuma delas deve ser prejudicada por causa dessa partilha.

Sobre o impedimento de candidaturas com base em algum constrangimento que possa ter ocorrido, nós temos muitas filarmónicas na Região que têm mandatos de 1 ano só, ou seja, qualquer problema que haja num determinado

ano, a nova direção fica prejudicada nos últimos anos. Aquilo que nós propomos é que deixe de haver esse impedimento de candidaturas, independentemente da responsabilidade que tem que haver com as inconformidades que foram detetadas naquele determinado ano.

Srs. Deputados, podíamos ter analisado isso em Comissão? Podíamos, mas, naturalmente, não era a mesma coisa. Não existe neste momento, infelizmente, está inativa a Federação dos Açores de Filarmónicas, que seria, porventura, fora o Governo Regional, aquela que poderia ajudar-nos a analisar essa proposta em Comissão. Mas a verdade é que, como eu disse no início, esse é um trabalho que leva meses e que levou meses.

E, Sr. Deputado, deixe-me recordar-lhe, como relator da Comissão de Assuntos Sociais: nas audições ao Plano e Orçamento, o Sr. Deputado foi o único que questionou o Governo Regional sobre o programa SOREFIL. Recordo-me bem disso. A verdade é que desde aí até aqui o senhor não fez nada sobre as filarmónicas!

Deputada Mónica Rocha (PS): Exatamente!

Deputada Mónica Seidi (PSD): É mentira!

O Orador: Rigorosamente nada sobre as filarmónicas! E aquilo que nós trazemos aqui é uma proposta responsável, ...

Deputada Mónica Seidi (PSD): Auscultou as filarmónicas!

Deputado Francisco César (PS): Nós também!

O Orador: ... nós trazemos aqui uma proposta responsável, que levou meses de auscultação, como eu já lhe disse, de mais de 70 dirigentes da nossa Região. E aquilo que o senhor faz, na minha modesta opinião, e pelos vistos parece que outros Deputados também partilham dessa opinião, o senhor desmerece um bocado este trabalho que foi feito ao longo destes meses, porque a proposta de alteração que o senhor traz a esta Casa mais não é do

que a concordância de toda a proposta de alteração que nós fizemos. E propõe por propor, desvirtuando até a própria proposta.

Srs. Deputados, têm aqui uma grande oportunidade, juntem-se a nós! Nós queremos melhorar a vida das filarmónicas!

Deputada Mónica Seidi (PSD): Ninguém disse o contrário!

O Orador: Juntem-se a nós, mas com responsabilidade e sem demagogias. Disse.

Voices dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo:
Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado César Toste, tem a palavra.

(* Deputado César Toste (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Quando foi apresentado pela Sra. Deputada Mónica Rocha, ela falou que a urgência se devia também à situação da fase de candidaturas que se irá aproximar. Mas porquê a urgência perante uma situação que já houve a candidatura do ano passado para este ano?

Deputado Carlos Silva (PS): O senhor votou a favor da urgência!

O Orador: Portanto, as candidaturas que irão ser feitas este ano irão ser feitas este ano, portanto, não pode ser a desculpa! Ou vai haver uma fase extra de candidaturas este ano? Pergunta.

Deputado Carlos Silva (PS): A urgência já está votada!

O Orador: Depois, relativamente ao artigo 11.º da proposta, eu pergunto diretamente ao Sr. Secretário: como é que, neste momento, a Direção Regional da Cultura está a fazer os contratos-programa com as filarmónicas?

Se é: as candidaturas serão feitas... as filarmónicas apresentam a candidatura com as faturas proforma? É feito um despacho com os apoios e perante isso as filarmónicas apresentam um relatório final com as devidas faturas? Se não é assim que atualmente se estava a proceder relativamente ao SOREFIL.

Relativamente à aquisição de carrinhas, se existe outras formas relativamente à aquisição de carrinhas para as filarmónicas e se houve a preocupação a nível dos clubes desportivos de fazer esta regulamentação diretamente para eles, porque não também relativamente às sociedades filarmónicas? As carrinhas não desvirtuam, na nossa opinião, este programa. Não desvirtuam! Não desvirtuam este programa no sentido que, se estivessem no terreno, ...

Deputado Carlos Silva (PS): Qual é a natureza do apoio?

O Orador: ... conseguiam perceber a dificuldade que as sociedades filarmónicas têm relativamente à situação de ir buscar músicos, que muitas vezes são de outras freguesias, para irem aos seus ensaios e para irem a tocatas, portanto, e muitas vezes tem que ser pelos seus próprios meios. E que nós queremos estimular. É um estímulo.

E pergunto mais uma vez ao Sr. Secretário, outra pergunta: a nível da discriminação dos apoios, se não vem discriminado instrumentos, reforço, maestro, eletricidade. Se não vem tudo lá discriminado. Portanto, as coisas são separadas. Se não houver critérios para a carrinha, não há critérios, não são apoiados, mas não implica nos instrumentos, na conservação, no maestro e na eletricidade. Não implica.

Deputado João Paulo Ávila (PS): É no Orçamento da Região que fica limitado, Sr. Deputado!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Mónica Rocha, tem a palavra.

(*) **Deputada Mónica Rocha (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado César Toste, eu posso-lhe dizer, em primeiro lugar, que o Sr. Deputado podia ter votado contra a urgência. Primeiro ponto. Não o fez, decidiu debatê-lo assim.

O meu colega já lhe disse...

Eu posso esperar, o Sr. Deputado César Toste está ao telefone. É melhor não?

Sr. Deputado César Toste...

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Continue, Sra. Deputada Mónica. Está a falar para os açorianos.

A Oradora: Deve estar a receber contributos ao telefone.

Sr. Deputado César Toste, a urgência foi votada. E o senhor também estava, podia ter votado exatamente contra.

Desmerecer o trabalho que nós fizemos. E este DLR, em todos os seus artigos, foram os novos e os que foram alterados, eu garanto-lhe, por mim e pelo meu colega, e aqui faço essa vontade, eu agradeço as palavras da Sra. Deputada Graça Silveira, mas o que o meu colega João Paulo fez é um trabalho também fundamental nesse processo e, portanto, dá efetivamente voz às pretensões. Algumas já foram explicadas. Mas eu digo-lhe...

O Sr. Deputado estava a falar, há bocadinho, com relação aos 80%, porque é que agora tinha sido transferido. Em DRR, Sr. Deputado, é que estava o pagamento. No artigo... já lhe digo, no artigo 10.º, na alínea a), era pago 60% do valor global após a assinatura do contrato...

Deputado César Toste (PSD): Mas não estava a ser feito assim!

A Oradora: ... e os restantes 40% passados 30 dias, passando para 80%. E aqui já posso referir que foi um erro de redação. É efetivamente os 80% que vão ficar plasmados no diploma. É que, naturalmente, reduz o esforço inicial que as filarmónicas têm para comprar um determinado instrumento. Portanto, é pura e simplesmente isso, mas que faz toda a diferença para as filarmónicas.

Deputado João Paulo Ávila (PS): É verdade!

A Oradora: Sr. Deputado, depois dizer-lhe o seguinte: o Sr. Deputado falou aí no apoio na candidatura, que era plasmado o valor para o maestro, o valor para o fardamento, o valor para a eletricidade, etc. É verdade, aqui retira-se porque aqui era específico para o maestro e para os encargos com a eletricidade. Estava especificamente 25%. E no bolo muitas vezes era injusto, porque havia filarmónicas que, efetivamente, por exemplo, gastavam 100 euros em eletricidade e foi-lhes atribuído um valor de 500 e que teria de ser devolvido. E, portanto, retirando isto daqui, nós conseguimos que o bolo, no seu todo... a filarmónica, quando faz o projeto, pode efetivamente dar prioridade àquilo que acha que é essencial. E se calhar na eletricidade a percentagem fica menor. Era só para lhe explicar esta questão.

Sr. Deputado, dizer-lhe o seguinte: é desvirtuar efetivamente a situação com relação às carrinhas, porque o que eu disse ali e é prova do que nós vimos, nós fizemos um périplo, temos feito, todos os Deputados, pelas filarmónicas, pelas sociedades, tem um valor... Olhe, confesso que não conhecia todas, conhecia algumas, provavelmente como nós, à volta das nossas freguesias, porque é mesmo assim. Mas, conhecendo todas, é de um valor inqualificável, é de um valor... é um bem imaterial que nós temos e que deve ser efetivamente apoiado.

E digo-lhe mais, este SOREFIL fará a diferença. Fará a diferença! E o que traz e o que faz uma boa filarmónica é efetivamente o que está na génese deste diploma: é o fardamento, é o reportório, é o apoio ao maestro!

Deputado João Paulo Ávila (PS): Muito bem!

A Oradora: E por isso mesmo é que, efetivamente, agora, colocar a ambição à frente da razão, Sr. Deputado, eu lamento, mas não é responsável!

Muito obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo:

Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sra. Deputada Mónica Rocha...

Deputada Mónica Rocha (PS): Sim.

Presidente: Precisava de esclarecimento: a senhora, na sua intervenção, fez uma referência a uma correção. Não vai ser feita proposta de alteração.

(*) **Deputada Mónica Rocha (PS):** Não, poderá ser em redação final.

Presidente: Então tem que ficar registado qual é o artigo, porque tem que ficar em Diário de Sessões para haver a concordância. Portanto, eu precisava que dissesse qual é o artigo em que essa correção tem que ser feita.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): O artigo 11.º.

Presidente: O artigo 11.º?

A Oradora: Exatamente, Sra. Presidente. É o artigo 11.º.

Presidente: Artigo 11.º. Será então tido em consideração.

A Oradora: 80% e não os 85%.

Presidente: Portanto, será 80%.

A Oradora: Exatamente. Obrigada.

Presidente: Ok. Fica então o registo em Diário para depois ter a concordância do Plenário para efeitos de redação final.

Sra. Deputada Catarina Cabeceiras, tem agora a palavra.

(*) **Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Primeiramente, dizer que em relação às questões, pelo menos daquelas que tinha aqui tomado nota, acho que já foram todas respondidas quanto a esta proposta de alteração.

E relativamente à proposta de alteração do PSD, dizer que, claro, é obvio que o CDS, e conhecendo a realidade das filarmónicas nos Açores, reconhece que existem sempre melhorias a fazer. E todos nós acho que queremos sempre mais e melhor para as filarmónicas, como, de uma forma geral, para as instituições. Mas, contudo, parece-nos que esta proposta do PSD, consideramos que seja um pouco demagógica e populista, ...

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

A Oradora: ... no sentido em que, primeiramente, considero que as alterações que são feitas a este diploma têm de ser consequentes e tem de existir uma capacidade de resposta. Primeiro ponto.

Segundo ponto, para além de algo que até já foi dito na minha intervenção e já foi mencionado aqui, agora, em debate, esta proposta, no nosso entender, desvirtua aquilo que foi a essência para a apresentação, em 2014, desta iniciativa do CDS-PP. E a essência foi manter aquilo que é a origem, a génese das filarmónicas, que é o fardamento, que são os instrumentos, que são os honorários com o maestro. E, portanto, no nosso entender e no entender desta bancada, esta proposta desvirtua completamente a nossa iniciativa inicial e, como tal, não podemos compactuar com isso.

E também dizer que reconhecemos que muitas filarmónicas têm esta lacuna, que, como até foi dito pelo Sr. Deputado César Toste, existe o transporte dos músicos, que até muitas filarmónicas até já possuem carrinhas e que estas estão em más condições. Mas acreditamos que, primeiro, existem outras soluções, que, à semelhança do que acontece para as IPSS e à semelhança do que acontece para os grupos desportivos, isto poderá ser uma lacuna que seja colmatada. E também porque através da revisão que será feita do

PRORURAL+, no próximo Quadro Comunitário, até os grupos de ação local poderão enquadrar esta possível lacuna. E, como tal, existem outras ferramentas para tentar colmatar esta necessidade. E não nos parece que estar a desvirtuar a essência desta iniciativa seja o caminho.

Também dizer que todos queríamos, e isso é necessário reconhecer, que os recursos fossem ilimitados, mas não o são.

Deputada Mónica Rocha (PS): Muito bem!

Deputado Carlos Silva (PS): Ainda bem que diz isso!

A Oradora: E, como tal, não podemos aceitar que estejamos aqui perante esta iniciativa, como já disse qual foi a essência da mesma, e que com a apresentação de pedidos de apoio para as viaturas se deixe de apoiar o fardamento, os instrumentos, a reparação dos instrumentos, os honorários com o maestro, porque já não há verba para isto porque foi gasta com as viaturas. E, portanto, parece-nos... e temos que ser coerentes, temos que ser responsáveis e não nos parece que seja isto que esteja refletido nesta iniciativa do PSD.

E, para finalizar, dizer, também, que é verdade o que o Deputado César Toste diz, que, quando vem, vem discriminado por ação. Mas a verba é a mesma! Pode vir discriminado para as várias ações, mas, se não existir verba, não irá resolver o problema. E, portanto, parece-nos que esta iniciativa... Percebo a boa vontade. E essa lacuna, que realmente eu reconheço e o Grupo Parlamentar do CDS reconhece que exista. Mas não acreditamos que o caminho seja este.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado César Toste, tem a palavra.

(*) **Deputado César Toste (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Só para salientar que a proposta do PSD não pretende ser demagogia, não pretende de forma nenhuma retirar mérito a ninguém. E eu tive o cuidado de referir isso na primeira intervenção.

Continuo a dizer que... E o Sr. Secretário... quando foi na altura da audição perante o Orçamento, nós perguntamos (Sra. Deputada Catarina Cabeceiras, a senhora esteve lá) qual era a verba, quando se falou da verba ser reforçada a nível das filarmónicas, e o Sr. Secretário disse que as filarmónicas, nos últimos anos, nem sequer atingiam o valor total do que era apoiado. Porque é que isto acontece? Isto é a pergunta. Porque é que isto acontece? Portanto, se isto, neste momento, não está a acontecer, a situação das carrinhas não é a que irá influenciar a situação, de todo,...

Deputado João Paulo Ávila (PS): É, é!

O Orador: ... de agora não chegar ao bolo total do Orçamento. Porque, também, devo salientar que foi aprovado nesta Casa um reforço relativamente a isso, às verbas das filarmónicas.

Em audição, o Sr. Secretário falou que o valor total, em 2018, se não me engano, tinha atingido os cento e picos mil euros relativamente ao apoio. Portanto, a situação aqui, perante o apoio que poderia ser dado a uma carrinha, não iria retirar o bolo.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Catarina Cabeceiras, tem a palavra.

(*) **Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu não posso... eu compreendo as palavras do Deputado César Toste, mas não posso aceitar, primeiro, porque, efetivamente, o Sr. Secretário disse o que o Sr. Deputado disse, em sede de Comissão. E, como tal, foi mais motivo, para além daquilo que nos é muitas vezes transmitido pelas próprias filarmónicas, que tínhamos de fazer uma alteração de forma a facilitar a

legislação em vigor e o funcionamento do que estava em vigor para que fosse mais apelativo e para que existisse uma maior envolvência por parte das filarmónicas.

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Nem mais!

A Oradora: E, como tal, perante as palavras do Sr. Secretário, não podemos agora esgotar o que é a essência desta iniciativa com o apoio às carrinhas. E, portanto, parece-nos agora, nesta fase, o que é importante é facilitar este programa, facilitar o acesso a esta iniciativa para que todas as filarmónicas possam, de uma forma generalizada, ser mais apoiadas. E é por isso que surge esta iniciativa. Porque parece-nos completamente incoerente apresentar: como existe verbas, vamos então candidatar viaturas. Ah, ainda há verbas, então vamos candidatar barcos, então vamos... Pronto, acho que não pode ser desta maneira!

E, portanto, uma vez que, de acordo com o que foram as palavras do Sr. Secretário aquando das audições para o Plano e Orçamento, aquilo que é transmitido pelas filarmónicas, dos constrangimentos que existem, do processo burocrático, parece-nos, de todo, aceitável apresentar uma iniciativa para tentar colmatar essas que são as lacunas. E é com esse intuito que existiu esta proposta conjunta do PS com o CDS.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sra. Deputada Graça Silveira, tem a palavra.

(*) **Deputada Graça Silveira (Independente):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário:

Deputado João Paulo, sem desmerecer o seu trabalho neste diploma, eu quando me referi à Deputada Mónica, foi porque somos colegas de Assembleia, na Terceira, e várias vezes tive oportunidade de a ver trabalhar neste diploma.

Deputado João Paulo Ávila (PS): Quando estive lá, não a vi!

A Oradora: Sem qualquer desmerecimento e reconhecendo também...

Em relação à sua argumentação, dos três instrumentos, eu penso que a sua argumentação é exatamente ao contrário, ou seja, se temos imensa dificuldade em ter pessoas na Região para consertar os instrumentos e afinar instrumentos e vêm de fora, se vem uma pessoa de propósito para consertar instrumentos, não pode consertar só três, há de consertar todos aqueles que estão com necessidade. E, portanto, se apoio naquele ano limita a três instrumentos, o senhor vem de Lisboa só para arranjar três porque o apoio só pode ser para três.

Mas sem querer eternizar essa discussão... porque a minha perspectiva é sempre de uma partilha de recursos e de uma maior eficiência. E é nesse sentido que eu acho que não deve haver apoio ao transporte.

Percebo o que é que o Sr. Deputado César Toste está a dizer. A minha filha e o seu pai fazem parte da filarmónica, vão sempre para a Ribeirinha, antes estavam na Recreio e agora passaram a ir para a Ribeirinha. Do seu próprio dinheiro pagam a gasolina, dão boleia uns aos outros. Há imensa gente que combina. E quando é na altura dos bailinhos, sabe que é assim, uns dão boleia aos outros e vão. Porque a verdade, também, se formos para ver todo o tipo de custos, também têm que ir ao cabeleireiro porque arranjam os cabelos, porque fazem isto, fazem aquilo, fazem aquele outro, porque vão atuar. Então, a Secretaria tinha que apoiar todos os custos associados a este tipo de atividades. Não pode ser assim.

E mais, quanto menos carrinhas houver na Região no dia das eleições, melhor!

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado João Paulo Ávila, tem a palavra.

(*) **Deputado João Paulo Ávila (PS):** Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sra. Deputada Graça Silveira, um pequeno esclarecimento sobre os instrumentos e eu acho que ficaremos todos esclarecidos: aquilo que nós propomos é que seja três instrumentos por ano a cada. E as filarmónicas têm tido o cuidado, pela ausência de reparadores da Região que tenham mãos que acudam a todos os instrumentos necessários reparar na Região, têm resolvido de outra maneira e de uma maneira até mais fácil do que aquilo que a Direção Regional da Cultura até conseguiria. E, portanto, a proposta vai é neste sentido.

Sr. Deputado César Toste, o valor não aumentava porque o número de candidaturas não atingia sequer o valor orçamentado. Ó Sr. Deputado, não é com carrinhas que se preenche esse hiato de valor, é percebendo porque é que não há mais filarmónicas a concorrerem!

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: É perceber onde é que nós podemos melhorar para que elas efetivamente concorram, porque o dinheiro está disponível! Não é alargando o âmbito de um Projeto de Resolução que se consegue que mais filarmónicas vão. É percebendo porque é que elas não vão neste momento! Por isso é que, responsabilmente, nós apresentamos uma proposta que vai ao encontro das necessidades que nos foram alertadas, Sr. Deputado, no âmbito do próprio Projeto de Resolução... do próprio Projeto de Decreto Legislativo Regional. É assim que se preenche essa lacuna de valor que fica por executar! Não é pondo lá mais coisas, Sr. Deputado! Não é pondo lá mais coisas que se resolve o problema!

E deixe-me que lhe diga uma coisa: só mostra a impreparação que neste momento o maior partido da oposição tem para governar a nossa Região!

Deputada Mónica Rocha (PS): Muito bem!

O Orador: Não há dia nenhum que os senhores não provem essa impreparação para governar, nesta Assembleia!

Deputado Bruno Belo (PSD): Em relação às Flores, eu percebi isso muito bem!

O Orador: Esse é mais um motivo! É uma proposta irresponsável, que mais não é, como disse na minha intervenção inicial, que uma concordância geral de toda a proposta que é aqui apresentada. E vêm aqui arranjar uma nota de imprensa! Porque eu já imagino o título: PS e CDS impedem que filarmónicas se candidatem a carrinhas.

Deputada Mónica Rocha (PS): Exatamente!

O Orador: Ó Sr. Deputado, eu dou-lhe uma nota de imprensa: PS e CDS propõe melhoramento do acesso ao SOREFIL a todas as nossas filarmónicas.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: A todas as nossas filarmónicas!

Deputada Mónica Rocha (PS): Muito bem!

O Orador: Não é pondo lá mais coisas que se melhora esse acesso! É melhorando aquilo que já existe!

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo:
Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Mendes.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Bem, eu pedi novamente a palavra porque coloquei uma questão, não só aos proponentes, mas também ao Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura, questão essa que pelo menos não foi diretamente respondida e a resposta ficou um bocado subentendida. E nós não podemos fazer depender o nosso sentido de voto em subentendidos, como devem compreender, Srs. e Sras. Deputadas. E tem a ver com alternativas. E neste caso, quando eu falo de alternativas, programas ou incentivos aos quais as sociedades filarmónicas possam recorrer para aquisição de viaturas. Essa resposta, para nós, é muito importante para avaliar a pertinência da proposta de alteração do Grupo Parlamentar do PSD. Porque o que fica aqui subentendido é que existem. Mas quais? Primeiro, se existem de facto. E quais são esses programas? Porque, eu confesso, de ontem para hoje, nós não tivemos tempo para fazer uma pesquisa exaustiva sobre quais todos os programas de incentivo à aquisição de viaturas aos quais as sociedades filarmónicas possam recorrer. Mas eu penso que o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura deverá ter essa resposta. Tem de certeza, está mais habituado a lidar com esses programas de incentivos. Ou até mesmo o Sr. Secretário Regional Adjunto da Presidência.

E, já agora, aproveito para esclarecer que nós nunca fomos contra a dispensa de exame em Comissão desta iniciativa. Aliás, não podia ser de outra maneira, nós votamos a favor. E haveria até outro argumento, que é: quando nós apresentamos a nossa proposta de alteração ao SOREFIL em sede de Orçamento, ela não foi propriamente a Comissão, foi apresentada aqui em Plenário. E, portanto, não faria também, por essa via, sentido estar aqui a exigir, digamos assim, que esta proposta fosse examinada em Comissão. Mas isso não dispensa aquilo que eu disse inicialmente. Que é o quê? Um questionamento quase exaustivo daquelas que são as propostas de alteração que estão agora a ser debatidas e um questionamento exaustivo relativamente

à entidade que tem a tutela das filarmónicas, digamos assim. Não tem tutela direta porque as filarmónicas são sociedades de direito privado, digamos assim, mas pelo menos tem um papel pertinente no apoio às filarmónicas, que é a Secretaria Regional da Educação e Cultura.

Quanto à limitação dos três instrumentos, eu ouvi atentamente a explicação do Sr. Deputado João Paulo Ávila. Quando me refiro aqui à limitação dos três instrumentos, refiro-me à reparação dos instrumentos. O Sr. Deputado João Paulo Ávila o que nos transmitiu é que a realidade se impõe. E a realidade impõe-se, como? Como não é possível, porque não existem técnicos para fazer essa reparação de instrumentos aqui na Região e que só dificilmente vem cá algum técnico ou alguns técnicos para efetuarem essa reparação, a realidade impõe essa limitação. E, portanto, as sociedades filarmónicas ficam, e muito, limitadas na reparação dos seus instrumentos. E por isso eu não estou a ver abusos por parte de sociedades filarmónicas a reparar instrumentos. E por isso, este limite de três instrumentos instituído no DLR parece-me completamente desnecessário, dada essa, digamos, imposição da realidade.

Depois, também, acho, a título de curiosidade, parece-me que a Sra. Deputada Graça Silveira finalmente me esclareceu acerca das alterações que os vários Grupos Parlamentares podem fazer aos diplomas que são da Região. Não são exclusivos do Grupo Parlamentar ou da Representação Parlamentar que os apresentou.

Deputada Graça Silveira (*Independente*): Com certeza!

O Orador: Não poderia ser de outra forma. Até parece que queríamos aqui inaugurar uma espécie de direito de copyright ou direitos de autor por cada iniciativa que é aprovada nesta Casa e mais ninguém pode tocar a não ser que seja com autorização do proponente.

Deputada Graça Silveira (*Independente*): Por acaso devia haver.

O Orador: E, aliás, isso não acontece na Assembleia da República, não acontece, creio eu, em lado nenhum, porque não faz sentido nenhum mesmo. Agora, a Sra. Deputada Graça Silveira acabou por confirmar uma suspeita que eu, há muito, tinha e que acaba por colocar, digamos, muito claramente, todo o cenário e todas as condições que não estão no Regimento, não estão no Estatuto, porque não podiam estar, mas que acabam por fazer, digamos, uma espécie de prática de praxe e que agora já sabemos: afinal, há certas iniciativas... não são certas, todas essas iniciativas que têm uma determinada autoria só podem ser alteradas com autorização e participação ativa do proponente. Bem, ficamos esclarecidos. Agora, decerto que o nosso Grupo Parlamentar não seguirá essa praxe porque ela não faz qualquer sentido. Obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Mónica Rocha, tem a palavra.

(*) **Deputada Mónica Rocha (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados: Eu vou ser... Falta aqui duas questões que precisam de ser esclarecidas. Nós, em conjunto com o CDS, num trabalho que me parece muito profícuo e que resultou, efetivamente... parece-me que conseguimos reunir aqui algum consenso, é que efetivamente nós tínhamos a intenção, junto com o CDS, de conseguirmos que esta proposta estivesse ou houvesse uma norma transitória que pudesse ser ou tenha aplicação de retroativos. Não é possível, porque, neste momento, todas as filarmónicas já receberam a sua avaliação, já sabem efetivamente o que é que têm e o que é que foi aprovado pelo projeto. E, então, por isso mesmo é que, na regulamentação e republicação do artigo 4.º e do artigo 3.º, nós aí conseguimos que, efetivamente, este ano, as filarmónicas já consigam aceder a tudo isto.

E agora, Sr. Deputado César Toste, eu vou ser muito pragmática, eu vou-lhe dizer o seguinte: na sua proposta, na aquisição de viaturas, o senhor propõe

viaturas entre 9 e 21 lugares. Para as de 9 e 21 lugares uma comparticipação de 60 a 70%. Ó Sr. Deputado, eu agora vou-lhe fazer uma questão um bocadinho mais... Eu sei que o senhor tem conhecimento na sua freguesia, e bem, como os restantes presidentes de junta que também temos aqui nesta Casa. Pergunte à Sra. dirigente que está lá na filarmónica que está neste momento ativa, quando ela souber que você efetivamente propôs 60% para uma carrinha de 9 lugares ou de 21, eu sei que uma de 9 lugares são por volta de 30 e tal mil euros, uma de 21 eu julgo que será muito mais...

Deputada Graça Silveira (Independente): De 21 pode ser uma “Serginha”!

A Oradora: Eu pergunto-lhe: como é que estas filarmónicas, que neste momento se debatem com outras dificuldades, que são as que estão plasmadas neste diploma, como o reportório, como o apoio ao maestro, como o apoio ao fardamento, como é que elas vão conseguir, de uma forma hercúlea, pagar os restantes 40% desta carrinha?

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sra. Deputada Graça Silveira, tem a palavra.

(* **Deputada Graça Silveira (Independente):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Deputado Paulo Mendes, como diria uma senhora do meu partido e que já cá não está, eu sei que o senhor sabe, que eu sei que o senhor disse... Portanto, ninguém aqui é ingénuo. E há muita coisa que se faz no plano político que não está definido em Regimento. O Regimento serve como regra de funcionamento desta Casa. A maneira de fazer política está com cada um. E aquilo que eu disse não é que era obrigatório ser assim. Aquilo que eu disse foi: às vezes, quando nós queremos que as coisas aconteçam efetivamente, para bem dos açorianos, temos que encontrar o caminho das pedras e os consensos.

Mas também todos nós sabemos aqui que muitas vezes as iniciativas, os partidos, ou as bancadas, ou os egos, ou o que quer que seja, preferem assumir aquilo que acham que devem fazer em nome de uma lisura política, sabendo de antemão que esse é o caminho mais difícil e que no final...

Presidente: Agradeço que termine, Sra. Deputada.

A Oradora: ... aquela iniciativa não vai ser aprovada e os açorianos não vão usufruir. Foi só e tão simplesmente isto que disse. Não quero nenhuma nova prática regimental da forma como cada partido deve apresentar, ou não, as alterações que deve fazer às iniciativas das outras bancadas.

Muito obrigada, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Esgotou o seu tempo para a participação no debate.

Pergunto se há mais inscrições. Sr. Secretário Regional, tem a palavra.

(*) **Secretário Regional da Educação e Cultura** (*Avelino Meneses*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Esteve bem o CDS quando propôs um programa de apoio às sociedades filarmónicas. Esteve bem o Partido Socialista quando viabilizou tal iniciativa, conferindo-lhe a devida concretização. E claro que estiveram bem os demais partidos que votaram a criação do SOREFIL.

As sociedades recreativas e filarmónicas passaram então a dispor de apoios em montantes jamais alcançados anteriormente. Somente entre os anos 2016 e 2019, obtiveram ajudas de mais de 336 mil euros. Todavia, mesmo assim, nunca conseguiram aproveitar por inteiro as verbas colocadas à sua disposição nos sucessivos Planos Regionais. Senão, vejamos:

Em 2016, para uma dotação de 210 mil euros, alcançaram apoios de 92975,82 euros;

Em 2017, para uma dotação de 210 mil euros, alcançaram apoios de 76910,37 euros;

Em 2018, para uma dotação de 400 mil euros, alcançaram apoios de 93535,25 euros;

E em 2019, para uma dotação de 325 mil euros, alcançaram apoios de 72885,06 euros;

No total dos 4 anos, de uma disponibilidade global de 1145000, as filarmónicas alcançaram, como se disse, apoios de apenas 336306,50 euros.

Quer isto dizer que o aumento das dotações do Plano, realizado supostamente em proveito das instituições, jamais se repercutiu em benefício das sociedades recreativas e filarmónicas por falta (por falta, sublinho) de capacidade financeira e técnica na apresentação e na execução de candidaturas.

Na verdade, perante comparticipações de 25%, poucas eram as filarmónicas dotadas da possibilidade de angariação dos restantes 75% indispensáveis à execução dos projetos. Do mesmo modo, por falta de uma certa literacia administrativa, poucas eram as filarmónicas que conviviam amigavelmente com a eventual complexidade dos procedimentos das candidaturas, apesar do apoio prestado, em todas as ilhas, pelos serviços externos da Direção Regional da Cultura, particularmente: as bibliotecas, os arquivos e os museus.

Esta alteração legislativa, agora proposta pelo Partido Socialista e pelo CDS, visa dar maior eficácia ao SOREFIL, em primeiro lugar, através do acréscimo das comparticipações governamentais, antes de até 25%, a partir de agora de até 50%, precisamente o dobro, ainda acrescido da concessão agora à cabeça de 80% da dotação aprovada, contra a prática antiga de apenas 60%. De resto, isto tudo se faz sem obrigatoriamente onerar as verbas do Plano, dado que os montantes habitualmente escritos, como se disse atrás, albergam a subida das comparticipações.

Além disso, a simplificação dos formulários configura um processo de desburocratização de procedimentos, que facilita o acesso das instituições às candidaturas.

É com gosto, inclusivamente com alguma emoção, que eu encaro esta iniciativa parlamentar, porque nas exceções social e cultural, pelo menos em parte, me considero filho das sociedades filarmónicas, das sociedades filarmónicas das Lajes da Ilha Terceira: da Sociedade Progresso Lajense “A Nova”, de que meu pai era sócio; da Sociedade Recreio Lajense “A Velha”, de que meu pai não era sócio mas que eu também frequentava. E até aos 19 anos, altura da minha transição para São Miguel, era nas sociedades filarmónicas que eu ocupava os meus tempos livres. Era lá que reencontrava amigos. Era lá que fazia novas amizades. Era lá que ouvia música. Era lá que via cinema. Numa palavra, era lá que eu socializava. Por isso, tenho muito carinho e respeito pelas sociedades filarmónicas.

No passado, em cada freguesia, as sociedades filarmónicas, ou a sociedade filarmónica, foram, ou foi, consoante seja plural ou singular, o local de convívio por excelência, o alforge de iniciativas mil na música, na dança e no teatro. Diria mais, no passado, as sociedades filarmónicas funcionaram como autênticas academias da juventude, onde após longas, onde após duras jornadas de trabalho realizava prolongados ensaios, buscando tempero para o corpo e enriquecimento para o espírito.

No presente, as sociedades filarmónicas têm de assumir uma função de aproveitamento em utilidade dos tempos livres da população, necessariamente que através da diversificação de atividades de animação sociocultural e recreativa. Só assim, e acho que estão cientes disso, preencherão necessidades verdadeiramente sentidas.

Outrora, a constituição de uma sociedade filarmónica era dispendiosa, muito dispendiosa, jamais vingando sem o empenhamento dos maiorais de cada lugar.

Nestas circunstâncias, os atuais apoios do Governo significam tão só o reconhecimento da relevância cultural das nossas filarmónicas, autênticas academias de formação da juventude, como disse, nas sociedades de hoje e obviamente que também nas sociedades do futuro, seja ele mais próximo ou mais longínquo. Aliás, não pode, não poderá ser de outra forma perante a fantástica existência de mais 100 bandas filarmónicas nos Açores todos.

Quer isto significar que o progresso das sociedades filarmónicas não depende essencialmente dos apoios do Governo. O progresso das sociedades filarmónicas, ontem, como hoje, depende sempre do empreendedorismo das nossas gentes.

Deputada Mónica Rocha (PS): Muito bem!

O Orador: Para manter, para reforçar a relevância e a validade tradicionais, as filarmónicas enfrentam um desafio maior. E qual é ele? É o desafio da posse de uma utilidade pública extraordinária. Mais do que isso, é o desafio da exteriorização da posse de uma utilidade pública extraordinária. Se no passado isso aconteceu, também acontecerá no presente e no futuro.

Alguns Deputados, concretamente o Sr. Deputado César Toste e o Sr. Deputado Paulo Mendes, colocaram aqui algumas dúvidas dirigidas, senão diretamente, pelo menos indiretamente, ao Governo.

Acerca de questões levantadas pelo Sr. Deputado César Toste, eu diria o seguinte: ó Sr. Deputado, com esta alteração legislativa acaba a lógica da realização de concursos num ano para apoio a eventos no ano seguinte. Isso acaba. E isso acaba por uma única razão: são muitas as filarmónicas, e as da nossa vila são dessas, que têm direções e mandatos anuais. Não é muito lógico abrir um concurso num ano para ser realizado, portanto, no ano

seguinte por uma outra direção, que pode não estar tão identificada com o projeto. Portanto, esta lógica agora acabou. Nós, Secretaria Regional da Educação e Cultura, através da Direção Regional da Cultura, vamos abrir um período de candidaturas. Vamos. Quando? Quando colocarmos efetivamente cá fora os resultados das candidaturas que terminaram em setembro. Aliás, fá-lo-emos como fizemos, enfim, nos demais anos.

Não gostaria muito de comentar esta proposta, ou seja, a proposta de alteração introduzida aqui nesta Assembleia pelo PSD. Ela já foi muito comentada. Mas, ó Sr. Deputado, sejamos razoáveis, esta proposta é uma proposta irrealizável num conjunto de mais de 100 filarmónicas, ...

Deputado Manuel Ramos (PS): Muito bem!

Deputado João Paulo Ávila (PS): Muito bem!

O Orador: ... porque apesar de todos estes recursos que aqui falei, porque apesar de nos Planos da Região estarem inscritas verbas que as filarmónicas não conseguiam utilizar pelas razões, portanto, que eu aduzi atrás, os nossos recursos são sempre recursos finitos, não são recursos infinitos.

E sobre a questão... acho que o Sr. Deputado Paulo Mendes está fundamentalmente fixado e interessado numa questão, numa pergunta, numa resposta. Eu vou-lhe responder muito frontal e muito sinceramente: no âmbito da Secretaria Regional da Educação e Cultura, concretamente no âmbito da Direção Regional da Cultura, não há, portanto, fundos utilizáveis na aquisição, portanto, de viaturas, particularmente por sociedades filarmónicas.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo:

Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário Regional.

Pergunto se há mais inscrições. Julgo não haver. Sr. Deputado Francisco César, tem a palavra.

(*) **Deputado Francisco César (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Parece-me que hoje é um bom dia para o Parlamento dos Açores.

Eu acredito que, para muitos, uma alteração ao sistema de apoio a filarmónicas possa parecer uma coisa de somenos importância, possa parecer apenas uma alteração a um subsídio que se possa dar a uma ou outra associação cultural, mas quando se fala de sociedades filarmónicas nos Açores, e para quem conhece bem o peso que elas têm na nossa terra, percebe que esta alteração não é uma alteração de pequena importância. Esta é uma alteração que é fundamental para, talvez, uma das instituições que fundamenta mais a existência ou a essência das nossas freguesias.

Quem, como eu, que fui criado em freguesias rurais, em freguesias fora da cidade, nos primeiros anos da minha vida, sabe que...

Deputado Bruno Belo (PSD): Isso é de rir!

Deputada Graça Silveira (Independente): Isso explica muita coisa!

O Orador: É verdade. Nas Feteiras.

Sabe que, no final do dia, muitas das vezes o convívio da freguesia era feito exatamente nas sociedades filarmónicas. Sabe que, nos anos 80 e nos anos 90, no início dos anos 90, onde a escolarização era pouca, onde havia poucas atividades, era exatamente nas filarmónicas que os jovens tinham um contacto com aquilo que nós podemos chamar academias de formação. Tinham contacto com uma educação ou um tipo de ensino ou uma inserção naquilo que era a sociedade da própria freguesia, uma cultura de freguesia que muitas das vezes o sistema de educação não lhes proporcionava.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem! É verdade, sim, senhor!

O Orador: Porque nós sabemos, inclusive, que nessas alturas a cultura propiciava mais o acesso às filarmónicas do que até à própria escola. Basta ver o impacto que as filarmónicas ainda têm hoje nos Açores e compará-las com o impacto que as filarmónicas têm no continente.

E, portanto, é obrigação de qualquer partido político, de qualquer Governo Regional, de apoiar exatamente o que de bom nós sempre tivemos nas nossas freguesias.

E eu tenho orgulho no facto do Grupo Parlamentar ter tido dois Deputados que se dedicaram especialmente, exatamente, no sentido de nós conseguirmos fazer chegar mais apoios às nossas sociedades filarmónicas.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: Nós, desde a criação do SOREFIL, tivemos uma capacidade de execução exatamente dessa verba na ordem dos 29%. 29%, de um sistema de apoio que foi criado e com todas as boas intenções e que, infelizmente, não conseguiu ter os objetivos que nós gostaríamos. Justiça seja feita a estes dois Deputados porque a política também tem nome. Justiça seja feita também ao CDS que nos apoiou e trabalhou connosco desde o início, exatamente o reforço desta proposta. Isso demonstra que há agentes políticos e há partidos políticos que não estão apenas a olhar para aquilo que, em termos de comunicação social, em termos mediáticos, é moda ou que é apelativo. Não, nós estamos atentos àquilo que é e que são os problemas da nossa comunidade.

Mas também isto revela a capacidade que o Partido Socialista tem de resolver os problemas das pessoas, por mais pequenos que eles sejam e por muito insignificantes que sejam aparentemente para a comunicação social ou para aquilo que se chama a política de grandes temas.

O Partido Socialista continua a ter a capacidade de estar atento a esses pequenos problemas ou na melhoria do exercício da sua atividade política.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: Mas também revela a capacidade que o Partido Socialista tem e outras forças políticas aqui têm de saber conversar, saber sentar, ...

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: ... poderem dialogar e, em conjunto, conseguir melhorar a vida de algumas pessoas, da comunidade, de sociedades filarmónicas ou de outro tipo de instituições que existem na nossa comunidade e que muitas vezes não têm a atenção que lhe é merecida.

O orgulho que eu tenho é que o Partido Socialista e neste caso o CDS também tiveram capacidade de se sentar para conseguir melhorar a vida da comunidade.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo:

Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições. Sr. Deputado João Paulo Corvelo, tem a palavra.

(*) **Deputado João Corvelo (PCP):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Aqui importa salientar a relevante função que as filarmónicas continuam a desempenhar em termos de ensino musical, formação de jovens, instrumentistas, dando importante contributo para a formação cultural dos jovens da nossa Região.

As sociedades filarmónicas e outros agrupamentos musicais desempenham, nos Açores, um papel destacado, do qual nos devemos, não só orgulhar, como devemos valorizar como parte inestimável do nosso património cultural e acarinhar enquanto herança preciosa que nos foi legada pelos nossos antepassados, pelo que nos incumbe transmitir devidamente enriquecida aos nossos descendentes.

Nos Açores, mesmo que os cuidados governativos a nível da educação artística não seja a melhor, o certo é que os açorianos procuram a aprendizagem das artes. Num processo que é também ele herdeiro dos princípios da educação democrática, isto é, acessível a todos, o movimento associativo assumiu responsabilidade, garantindo que os mais jovens se encontrem envolvidos em projetos associativos, passando estas tradições para as gerações vindouras. Esperamos que esta prática seja mantida e apoiada, porque esta é uma característica açoriana que não pode ser substituída.

Desta forma, a Representação Parlamentar do PCP irá votar favoravelmente esta iniciativa, considerando ainda que as filarmónicas da Região são o principal agente entre os meios mais rurais e a cultura musical. É aquilo que tantos jovens, como adultos, conseguem aceder de forma gratuita, uma formação que, além de musical, também é cultural.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Mendes, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Agradeço a resposta clara e direta dada pelo Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura e que foi, além de clara e direta, bastante precisa. E, portanto, se o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura assume que, naquela que é a sua tutela, não existem sistemas de incentivos ou de apoios

à aquisição de viaturas às quais possam recorrer as sociedades filarmónicas, isso também quer dizer que poderá, ou não, haver sistemas de incentivos ou de apoios no âmbito de outras tutelas às quais as sociedades filarmónicas possam recorrer.

Esperava que o Sr. Secretário Regional Adjunto da Presidência, até porque tem uma tutela mais abrangente, me pudesse dar uma resposta mais precisa, mas parece-me que não estará assim tão interessado ou então não terá conhecimento preciso desses sistemas de incentivo aos quais as sociedades filarmónicas possam recorrer.

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Já termino, Sra. Presidente.

Mas há aqui um aspeto que não pode ser descorado na proposta de alteração do Grupo Parlamentar do PSD, que é: para mim, subsistem dúvidas sobre recursos aos quais as sociedades filarmónicas possam concorrer para ter acesso a financiamento para aquisição de viaturas, mas (já termino, Sra. Presidente) a vossa proposta teria implicações orçamentais significativas, aliás, como foi aqui debatido. E, por isso mesmo, teria sido cauteloso da vossa parte se tivessem colocado um artigo que precavesse isso mesmo, no sentido a garantir que esta proposta de alteração só entraria em vigor aquando da entrada em vigor do Orçamento para o próximo ano, com o devido cabimento orçamental que implicaria a vossa proposta de alteração.

Obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições. Não havendo, vamos então passar à votação este Decreto Legislativo Regional.

Votação na generalidade.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O projeto apresentado foi aprovado por unanimidade na generalidade.

Presidente: Pergunto se há alguma inscrição para o debate na especialidade. Não havendo, vamos passar então às votações.

Coloco à votação a proposta de alteração, apresentada pelo PSD, ao artigo 3.º, que está integrado no artigo 1.º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

É a proposta de aditamento do PSD ao artigo 3.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi rejeitada com 26 votos do Partido Socialista, 2 do CDS-PP e 1 da Deputada independente; teve 17 votos favoráveis do PSD; 2 abstenções do Bloco de Esquerda e 1 do PCP.

Presidente: Passamos então agora à votação do artigo 3.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Deputada Graça Silveira (Independente): Existe uma proposta de alteração ao artigo 3.º, que é o número de instrumentos... Estamos a votar o artigo, não estamos a votar a proposta de alteração.

Presidente: Estamos a votar é o artigo.

Sr. Deputado Paulo Mendes, pode-se sentar.

Vamos lá ver uma coisa, o diploma é este que está em cima da mesa, não é o original. Portanto, o diploma que está apresentado à Casa diz, no seu artigo 3.º, exatamente a redação que está em cima da mesa, que é a do PS e do CDS, está bem? O que votamos antes foi a alteração do PSD a esta redação, ok?

Pronto, então, as Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

A Sra. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 26 votos a favor do Partido Socialista, 17 do PSD, 2 do CDS-PP; 1 voto contra da Deputada independente; 2 abstenções do Bloco de Esquerda e 1 do PCP.

Presidente: Está agora à votação a proposta de alteração, apresentada pelo PSD, ao artigo 4.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretário: A proposta anunciada foi rejeitada com 26 votos do Partido Socialista, 17 do PSD, 2 do CDS-PP, 2 do Bloco de Esquerda, 1 da Deputada independente...

Peço desculpa, vou repetir.

Foi rejeitada com 26 votos do Partido Socialista, 2 do CDS-PP, 2 do Bloco de Esquerda e 1 da Deputada independente; obteve 17 votos a favor do PSD; e a abstenção do Deputado do PCP.

Presidente: Está estão agora à votação o artigo 4.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos agora à proposta de aditamento, apresentada pelo PSD, artigo 4.º-A.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi rejeitada com 26 votos do Partido Socialista, 2 do CDS-PP e 1 da Deputada independente; 17 votos favoráveis do PSD; e a abstenção do Bloco de Esquerda 2 votos e 1 do PCP.

Presidente: Coloco agora à votação o artigo 1.º do Projeto de DLR, que engloba ainda os artigos 7.º, 8.º, 11.º e 13.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Julgo que posso colocar à votação conjunta os restantes artigos do diploma. Estão então à votação.

Sra. Deputada Mónica Rocha, pede a palavra para...

(*) **Deputada Mónica Rocha (PS):** É só uma interpelação para esclarecer aqui e não o fiz há pouco, é que, efetivamente, ao revogarmos o DRR e transformando-o em Portaria, diminui o prazo para que e efetivamente se possa melhorar uma das grandes questões que foram sendo sempre apresentadas por todas as filarmónicas, que é a ficha de candidatura onde a complexidade dos critérios... E, assim, havia necessidade também de simplificação e assim encurtece. Efetivamente, conseguimos que haja mudanças também neste processo, que necessitava aqui de alguma descomplexidade.

Obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Estão então à votação estes artigos.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: Os artigos enumerados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: Em votação final global, o projeto foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Encerramos assim este ponto.

Sr. Deputado João Paulo Ávila, para uma declaração de voto, tem a palavra.

(*) **Deputado João Paulo Ávila (PS):** Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Votamos, naturalmente, a favor da nossa proposta de alteração. Mas não é o facto dessa proposta ter sido feita também pelo Partido Socialista que nos deixa contentes. Aquilo que nos deixa verdadeiramente contentes e esperançosos é a possibilidade de que no próximo processo de candidaturas ao SOREFIL haja mais filarmónicas, de uma forma mais fácil, a acederem a melhores apoios.

Disse.

Voices dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Para uma declaração de voto, tem a palavra o Sr. Deputado Luís Maurício.

(*) **Deputado Luís Maurício (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Uma declaração de voto por parte do PSD para justificar a importância que o Partido Social Democrata dá às filarmónicas dos Açores.

As filarmónicas, em muitas das nossas freguesias, são um instrumento fundamental na formação da nossa juventude, da ocupação dos nossos jovens, fazendo ou contribuindo em muitas das circunstâncias para ocupar de forma sadia o seu tempo, desviando-o de outros apelos que cruzam as nossas sociedades.

E, portanto, tudo o que seja positivo, tudo o que possa contribuir para a sobrevivência das nossas filarmónicas, para o seu melhor funcionamento, o PSD aqui está para manifestar a sua concordância. É neste contexto que se justifica o nosso voto, aliás, com satisfação unânime desta Casa relativamente à proposta conjunta apresentada pelo Partido Socialista e pelo CDS-PP.

Procuramos, no âmbito desta discussão, dar o nosso contributo. Consideraram os partidos desta Casa que ele não se configurava como tal. Respeitamos, naturalmente, a opinião de todos. É assim que a democracia funciona.

Mas não queria deixar, enquanto líder parlamentar, de afirmar, neste momento, o empenhamento do PSD em todas as propostas que visem melhorar o funcionamento e a sobrevivência das dezenas e dezenas de filarmónicas que percorrem as nossas ilhas. Esta era uma proposta positiva. O PSD reconheceu-a e votou favoravelmente.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras para uma declaração de voto.

(* **Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do CDS queria congratular-se com a aprovação desta alteração legislativa. Consideramos que ela será importante na melhoria e para facilitar o acesso a este programa de apoio, indo assim de encontro àquilo que eram muitas vezes os constrangimentos sentidos pelas filarmónicas, garantindo que este programa se torne mais eficaz, mais

acessível a todas as filarmónicas. Parece-nos e é de reconhecer... acho que a política se faz também disto, faz-se de entendimentos, faz-se de pensar primeiramente no que poderá de bom trazer a iniciativa. E pôr os açorianos e isso em primeiro lugar em vez dos egos políticos.

E, como tal, queríamos congratular-nos por esta iniciativa ter sido aprovada, porque a política é isto, é dar-nos esta satisfação de acabarmos de aprovar uma iniciativa que trará muitos frutos e será muito positiva para as nossas filarmónicas.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Passo agora a ler a proposta de deliberação final: **A Mesa da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores propõe que a Assembleia declare findo o período legislativo de fevereiro.**

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A proposta anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Está encerrada a sessão.

Uma boa tarde a todos e um bom regresso a casa.

Eram 11 horas e 58 minutos.

(*) Texto não revisto pelo Orador.

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Socialista (PS)

Pedro Miguel Medeiros de Moura

Partido Social Democrata (PSD)

César Leandro Costa Toste

Luís Maurício Mendonça Santos

Deputados que faltaram à Sessão:

Partido Socialista (PS)

André Cláudio Gambão Rodrigues

Domingos Manuel Cristiano Oliveira da Cunha

Partido Social Democrata (PSD)

João Luís Bruto da Costa Machado da Costa

Partido Popular (CDS-PP)

Artur Manuel Leal Lima

Documentos entrados

1 - Propostas de Lei:

Assunto: Procede à alteração do Código do Imposto Sobre o Valor Acrescentado, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 394-B/84, de 26 de dezembro - Isenção das prestações de serviços efetuados no exercício da profissão de médico-veterinário do pagamento do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) – n.º 13/XIV (ALRAM) - n.º 288/XI-AR

Proveniência: Assembleia da República

Data de Entrada: 2020 – 02 – 11

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: 2020 – 03 – 02

Assunto: Procede à alteração do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442-B/88, de 30 de novembro, e ao Decreto-Lei n.º 413/98, de 31 de dezembro, na sua redação atual, que aprovou o Regime Complementar do Procedimento de Inspeção Tributária e Aduaneira - Pelo direito das Regiões Autónomas à receita fiscal de IRC resultante dos rendimentos obtidos no seu território – n.º 14/XIV (ALRAM) - n.º 289/XI-AR

Proveniência: Assembleia da República

Data de Entrada: 2020 – 02 – 11

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: 2020 – 03 – 02

Assunto: Procede à alteração do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442-B/88, de 30 de novembro - Pela eliminação da tributação, em sede de IRS, sobre as compensações e subsídios auferidos pelos bombeiros portugueses na prestação do serviço voluntário – n.º 15/XIV (ALRAM) - n.º 290/XI-AR

Proveniência: Assembleia da República

Data de Entrada: 2020 – 02 – 11

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: 2020 – 03 – 02

2 - Projeto de Decreto Legislativo Regional

Assunto: [Primeira alteração ao DLR n.º 3/2014/A, de 14 de fevereiro, que cria o Programa Regional de Apoio às Sociedades Recreativas e Filarmónicas da RAA \(SOREFIL\) - com pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão – n.º 51/XI](#)

Proveniência: PS/CDS-PP

Data de Entrada: 2020 – 02 – 12

Comissão:

Data Limite de Parecer:

3 - Projeto de Resolução:

Assunto: [Modelo alternativo de Transporte Marítimo de Mercadorias nos Açores – n.º 182/XI](#)

Proveniência: CDS-PP

Data de Entrada: 2020 – 02 – 07

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: 2020 – 03 – 10

Assunto: [Pronúncia por iniciativa própria da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores sobre majoração da proteção social na maternidade, paternidade e adoção para os residentes na Região Autónoma dos Açores, com pedido de urgência – n.º 183/XI](#)

Proveniência: PSD

Data de Entrada: 2020 – 02 – 12

Comissão:

Data Limite de Parecer:

4 - Requerimentos:

Assunto: [Manutenção das estruturas e equipamentos da Baía de São Lourenço](#)

Autora: Elisa Sousa (PSD)

Data de Entrada: 2020 – 02 – 07

Referência: 54.03.01 – N.º 837/XI

5 - Respostas a Requerimentos:

Assunto: [Escalas técnicas na Aerogare das Lajes](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2020 – 02 – 07

Referência: 54.01.03 – N.º 794/XI

Assunto: [Situação dos trabalhadores do Hotel da Graciosa](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2020 – 02 – 10

Referência: 54.03.04 – N.º 809/XI

Assunto: [Dívida da SATA às Associações de Bombeiros dos Açores põe salários em risco?](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2020 – 02 – 10

Referência: 54.03.00 – N.º 790/XI

Assunto: [Falta de manutenção nos caminhos agrícolas das Tronqueiras e Serrado do Caminho, S. Tomé – Santo Antão](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2020 – 02 – 11

Referência: 54.01.05 – N.º 817/XI

Assunto: [Condições de acesso à saúde no Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2020 – 02 – 11

Referência: 54.01.03 – N.º 811/XI

6 - Comunicações/Informações:

Assunto: Remessa de relatório aprovado:

Relatório n.º 02/2020 – VIC/SRATC (Ação n.º 18-422VIC3) – Agência para a Modernização e Qualidade do Serviço ao Cidadão (RIAC)

Proveniência: Fernando Flôr de Lima, Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas

Data de Entrada: 2020 – 02 – 07

Assunto: Ofício a remeter o Relatório 2/2020, Evolução orçamental das Administrações Públicas até setembro de 2019

Proveniência: Helena Rua, Assessora de Comunicação do Conselho das Finanças Públicas

Data de Entrada: 2020 – 02 – 07

Assunto: Correio eletrónico a comunicar a eleição dos novos órgãos sociais do Coral de Santa Catarina

Proveniência: Vítor Mourinho, Presidente da Direção

Data de Entrada: 2020 – 02 – 10

7 - Relatórios:

Assunto: [Sobre a Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 54/XI – Regime jurídico do processo de delimitação e desafetação do domínio público hídrico na Região Autónoma dos Açores](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2020 – 02 – 10

Assunto: [Relatório relativo ao artigo 103.º do Regimento da ALRAA – Ante-Período Legislativo de fevereiro de 2020](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2020 – 02 – 10

Assunto: [Sobre o Projeto de Lei n.º 30/XIV \(CDS-PP\) – Regulamenta a atividade de representação profissional de interesses \(LOBBYING\)](#)

Proveniência: Subcomissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2020 – 02 – 13

Assunto: [Relatório relativo ao artigo 103.º do Regimento da ALRAA - Ante-Período Legislativo de fevereiro de 2020](#)

Proveniência: Comissão de Política Geral

Data de Entrada: 2019 – 02 – 10

Assunto: [Relatório relativo ao artigo 103.º do Regimento da ALRAA - Anteperíodo Legislativo de fevereiro de 2020](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2020 – 02 – 10

Assunto: [Sobre o Projeto de Resolução n.º 168/XI – Construção de um refeitório escolar na Escola Básica e Secundária Mouzinho da Silveira](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2020 – 02 – 11

Assunto: [Sobre o Projeto de Resolução n.º 170/XI – Valor da contratualização das refeições escolares na Região Autónoma dos Açores](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2020 – 02 – 11

Assunto: [Sobre a Petição n.º 44/XI – Pela uniformização dos horários e das reduções da componente letiva por antiguidade para os docentes da Educação Pré-escolar e do 1.º Ciclo do Ensino Básico](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2020 – 02 – 11

Assunto: [Relatório relativo ao artigo 103.º do Regimento da ALRAA - Anteperíodo Legislativo de fevereiro de 2020](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2020 – 02 – 10

Assunto: [Sobre a Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 57/XI – Alteração ao Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano 2020.](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2020 – 02 – 07

Assunto: [Sobre a Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 58/XI – Primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 2/2020/A, de 22 de janeiro, que aprova o Plano Regional Anual para o ano 2020.](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2020 – 02 – 07

8 – Diários:

Considera-se aprovado nesta Sessão Plenária o Diário da Assembleia n.º 114.

O Redator, André Silva